

# GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DisciplinalID - 101530

## Descrição da disciplina e código do produto

GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (ID 60406)

## Ementa

Segurança pública. Organização dos órgãos de segurança pública. Competências legais. Gestão administrativa e financeira. Materiais e tecnologias disponíveis. Treinamento policial. Desafios da segurança pública nacional.

## Conteúdo programático

1.  
Organização da segurança pública
2.  
Gestão dos órgãos de segurança pública
3.  
Tecnologia e inovações
4.  
Políticas de segurança pública
5.  
Desafios da segurança pública

## Bibliografia básica

MORAES Alexandre de. Direito constitucional. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2000. BRASIL. Lei n. 4.898, 9 de dezembro de 1965. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 dez. 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4898.htm). Acesso em: 24 set. 2019. DE OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de processo penal. 11.ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009. GRECO, Rogério. Atividade policial. Niterói/RJ: Impetus, 2009. HULSMAN, Louk et al. Abolicionismo penal. Trad. de Mariano A. Cifardini e Mirta L. Bondanza. Buenos Aires: Ediar, 1989. MELOSSI, Dario; e PAVARINI, Massimo. Cárcere e fábrica. As origens do sistema penitenciário (século XVI-XIX). Trad. de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006. WACQUANT, Loic. Punir os pobres. Trad. de Sérgio Lamarão. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. BREUNIG, Alex Erno; SOUZA, Valmir de. Sociologia do crime e da violência. Curitiba: Intersaberes, 2018. PESSI, Diego; SOUZA, Leonardo Giardin de. Bandidolatria e demócídio. 2. ed. São Luiz: Resistência Cultural, 2017. LOUBET, Wilson Vieira. O princípio da Indisponibilidade do interesse público e a administração consensual. Brasília: Consulex, 2009.